

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A INFORMALIDADE NO RIO DE JANEIRO: O CAMELÓDROMO DA RUA URUGUAIANA

Aluna: Ana Clara Matos Carneiro Barbosa Pinto

Orientadora: Regina Célia de Mattos

Introdução

O presente trabalho faz parte da pesquisa desenvolvida dentro do grupo PET Geografia da PUC-Rio, onde o objetivo geral é analisar a categoria trabalho informal, na perspectiva das diversas relações e formas que se apresenta em um território singular que é o Mercado Popular da Uruguaiana, vulgo camelódromo, e como o Estado, agente preponderante para a configuração desse lugar, atua em suas relações no local e a reestruturação espacial resultante da vivência do território. Contudo, temos como foco a dimensão da informalidade na estruturação e funcionamento do Camelódromo da Uruguaiana e, ao mesmo tempo, demonstrar a transescalaridade das ações, passando do nível global até o lugar, influenciando nas estruturações de políticas públicas, na organização do trabalho e na estruturação espacial de novas formas urbanas, no nosso caso o camelódromo.

O setor informal¹ tornou-se uma palavra comum por sua atividade, a informalidade, estar cada vez mais presente em nosso cotidiano. Desde os anos de 1970 a mudança do padrão de acumulação mundial orientada para a liberação econômica, e implementada por meio de programas de ajustamento estrutural, promovem fortes modificações no mercado de trabalho, ampliando o desemprego e favorecendo o crescimento de diferentes formas de organização da produção na América Latina (CACCIAMALI & BRAGA; 2002, p. 02). Assim, a informalidade é uma forma de atividade que tem sido, na maioria das vezes, a única alternativa de trabalho para a grande parte da população do Brasil, já que as tendências para o mercado de trabalho são o crescimento do setor terciário, a ampliação do trabalho autônomo, o aumento do trabalho das denominadas populações marginalizadas (como o emprego feminino), a queda do setor primário e a queda no número de assalariados (FALCÃO; 1997, p. 30). Uma das mais comuns formas de informalidade é a de vendedor ambulante, também conhecida como camelô, por ser normalmente um trabalho por conta própria e possibilitar algum ganho de dinheiro. Essa é uma alternativa à sociedade e ao sistema capitalista atual, que o inclui precariamente, seja pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho e pela baixa remuneração das atividades no mercado formal. Assim, este tipo de trabalho informal também permite a lógica capitalista seja nivelada por baixo (com a manutenção de baixos salários), por permitir que a população menos favorecida de dinheiro consiga consumir, mesmo que seja produtos alternativos e de maneira precária.

¹ Para diferenciar o Setor Formal e do Setor Informal utilizaremos a definição de CACCIAMALI & BRAGA (2002, p. 05), onde

“o Primeiro Setor é representado pelo conjunto de firmas tipicamente capitalistas, estabelecidas juridicamente e caracterizadas por relações capital-trabalho bem definidas. O Segundo Setor representa um conjunto de unidades de produção que possuem constituição incipiente em sua forma jurídica, na definição das relações capital-trabalho, na consolidação de seu capital ou de sua tecnologia, onde se ocupa a maior parte do excedente da força de trabalho urbana, com o objetivo de gerar seu emprego e renda.”

Breve contextualização sobre informalidade

POCHMAN (2001) nos apresenta um breve histórico da terceira Revolução Internacional do Trabalho falando esgotamento do padrão industrial e esvaziamento do poder hegemônico dos Estados Unidos da América, que não é superado, nas décadas de 1970 e 1980 mas que não foi superado por ascensão de outras nações com as mesmas possibilidades de regulação e de produção. Na década de 1970 houve incentivos para que as empresas multinacionais construíssem filiais em economias periféricas, principalmente em países semiperiféricos como consequência da elevação do preço do petróleo e de matérias-primas; em 1980 a Alemanha não resistiu aos desafios da unificação européia; e o Japão diminuiu seu poder econômico em consequência da crise financeira e imobiliária dos anos 1990. Nos países periféricos, a opção pela estratégia de desenvolvimento pró-sistêmico atingiu as economias africanas em 1960 e as latino-americanas em 1970. Já no final dos anos 1980 e início de 1990, com a crise do socialismo real, ocorreu o desabamento da semi-periferia que havia adotado essa estratégia, e nos anos 1990 as economias do leste asiático foram tocadas fortemente pelas crises financeiras.

Todo esse caminho também foi percorrido pelo Brasil, a partir da década de 1970, gerando diversas mudanças políticas, na organização das empresas e do trabalho. De acordo com PIQUET (1993, p.09), esta década, no Brasil, foi um período em que nos encontrávamos em uma “ilha de prosperidade”, onde a economia caminhava em “marcha forçada”, vivendo um “sonho e fracasso”. Havia os grandes projetos do próprio setor produtivo estatal como, por exemplo, planos siderúrgicos, os projetos hidrelétricos e de telecomunicações. Esses programas de investimentos articularam-se a importantes segmentos do capital estrangeiro na área de material elétrico e de bens de capital, e às grandes empresas brasileiras de construção civil pesada.

Os novos setores implantados apresentavam uma lógica de localização espacial diversa daquelas que até então haviam liderado nosso processo de industrialização. Tal fato leva à elaboração de um discurso político que apresenta como necessidade imperiosa a “integração nacional” e a “desconcentração industrial” quando, na verdade, os setores do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) buscavam viabilizar as novas metas setoriais programadas. Este direcionamento, designado por alguns autores como um processo de “substituição de exportações” não resultou, entretanto, de uma política deliberada de inserção do país, de forma mais efetiva e dinâmica, no mercado internacional. O alargamento da base técnica produtiva de fato não incorporou ao mercado parcela expressiva da população nem se fez acompanhar de uma melhoria na distribuição da renda interna, uma vez que os aumentos de produtividade serviram antes à ampliação das margens de lucro, não se traduzindo em melhorias salariais ou na queda dos preços (PIQUET, 1993, p. 16).

Nos anos de 1980, o endividamento externo, a elevação das taxas de juros de empréstimos internacionais e as conseqüentes políticas decorrentes destes fatores levaram, conforme DRUCK (1999, p.106), ao encolhimento do mercado interno e à busca por melhores posições no mercado externo, exigindo novos padrões tecnológicos e organizacionais. Houve uma maior procura por trabalhadores mais qualificados e uma maior estabilidade da força de trabalho. Também ressurgem as organizações tipo comissões de fábrica, limitando até o poder dos supervisores, ao mesmo tempo em que os programas de qualidade obtêm considerável êxito. Há mudanças nas relações entre as gerências e os trabalhadores, com uma maior negociação entre ambos. Resumidamente, para responder à crise econômica dentro de um processo de abertura política, com a emergência das mobilizações operárias, difundem-se, no interior das unidades

produtivas, diferentes formas de gestão do trabalho (CCQ², *kambam*, *just-in-time*³ etc.), ao mesmo tempo em que se intensifica a introdução de novas tecnologias. Essas mudanças respondem, também, às exigências de um novo padrão de concorrência, num período de reordenação dos novos mercados no plano internacional e a entrada das novas práticas japonesas na economia e na política nacional.

Os anos de 1990, serão marcados pela a crise econômica e a abertura do mercado colocando a indústria sob dupla pressão: uma demanda em queda livre e a competição dos importados. No período de 1990/93, 260mil pessoas perderam seus empregos ou ocupações na indústria (PIQUET, 1999, p.139). Em termos de tendências gerais, as atividades antes compreendidas como industriais foram passando para a categoria “serviços à empresa” ou “serviços à produção”, englobando empresas que desenvolvem tarefas complementares à produção de bens. Assim, grandes empresas e indústrias têm eliminado mais empregos do que ocupações, já que passaram a transformar uma parcela de seus empregados em fornecedores autônomos de serviços, com a correspondente queda nos registros do emprego formal (op cit).

Para DRUCK (1999, p.102), a abertura da economia, com a redução de alíquotas de importações⁴, exigiram mudanças organizacionais para enfrentar a competitividade e a política recessiva colocada em prática pelo governo, no início da década de 1990, a fim de combater o processo crônico de inflação no país foram os condicionantes para determinar a nova política da qualidade (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade⁵ - PBQP). Justificativas do governo para implementá-lo, apoiaram-se no elevado grau de desperdício nos processos de produção, a necessidade de um novo patamar de competitividade como consequência da entrada do país na economia internacional e a busca por produtividade que exige mudanças na estrutura produtiva.

Para ajudar a possibilitar essas mudanças as diretrizes do Plano Real são fundamentais, pois implicam na existência de um Estado mais leve, ágil e maleável, livre de inúmeras funções sociais que passariam a ser exercidas pela sociedade civil, com leis trabalhistas mais flexíveis e políticas de desburocratização do setor público. Assim, a estabilidade e o crescimento econômico são obtidos por uma reestruturação fundamental (modernização) das características tradicionais do Estado e da estrutura produtiva brasileira (MALAGUTI, 2000, p. 29).

Essas novas práticas de gestão e do Estado assumem, na última década estudada, um caráter “epidêmico”, com a rápida generalização em todas as atividades da economia, na produção industrial, nos serviços, no comércio, em empresas de todos os portes. No caso das atividades terceirizadas, além de rápida e ampla difusão, há uma mudança nesse tipo de atividade, atingindo não somente as áreas consideradas periféricas (alimentação, limpeza etc.) como, também, as centrais (produção, operação etc.). Como resultado destas práticas percebe-se o fenômeno do desemprego atingindo todos os níveis de trabalho com forte redução do emprego industrial e daqueles com carteira assinada (DRUCK, 1999, p. 105). Contudo, houve um aquecimento real da economia

² Os CCQs são formados por grupos de trabalhadores que se reúnem (teoricamente de maneira voluntária) para discutir e buscar soluções para os problemas da produção (NAVARRO, 2004, p. 84)

³ Sistemas de organização e gestão do trabalho: *just-in-time* – produzir no tempo certo, na quantidade exata, com uma quantidade de trabalho certa; *kamban* – sistema de informações dos vários estágios da produção e de estoques (DRUK, 1999, P.93)

⁴ De 1990 a 1994 as alíquotas de importação brasileira decresceram de um patamar médio de 33% para outro de 14% (CUT in MALAGUTI, 2000, p. 28).

⁵ Política econômica colocada em prática pelo governo Collor, revertida num discurso sobre a necessidade de modernização do país, se enquadrava no projeto neoliberal já em curso mundialmente, sobretudo nas políticas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo banco Mundial (DRUK, 1999, P. 103).

induzido por uma abertura econômica em momento de controle inflacionário (a partir do ano de 1994). Todavia, isso só ocorre porque é o resultado do convívio entre a liberdade do comércio com altas taxas inflacionárias e o recrudescimento da inflação em um ambiente econômico estagnado⁶.

Esta reestruturação de caráter modernizante tem sua expressão maior no papel predominante que vem assumindo o setor de serviços. Segundo o IBGE, em 1994 o setor de serviços representava mais da metade do PIB, e em 1995 a economia brasileira cresceu 4,1% e a participação dos setores nesse crescimento pode ser observada na tabela 1, reafirmando o destaque para o setor de serviços(MALAGUTI, 2000, p. 30).

Tabela 1
Crescimento do PIB por setores (1995)

Setores	Crescimento (%)
Indústria	2,0
Agropecuária	4,9
Serviços	5,7

Fonte: Ministério da Fazenda *in* MALAGUTI (2000, p. 30)

A recente modernização da economia brasileira é incontestável, mas o Estado muda a sua forma de ação facilitando a circulação monetária em detrimento das questões sociais. MALAGUTI (2000, p. 35) afirma que os planos econômicos causam desordem política e econômica, além de quedas cada vez maiores no poder aquisitivo de salários e remunerações do trabalho em geral e o posicionamento do Estado proporciona redução dos postos de trabalho e fragilidade nos direitos trabalhistas como meio de manutenção de muitos trabalhadores em seus empregos. Este autor recorre ao Sistema Nacional de Emprego (SINE) para nos mostrar que a consequência mais evidente desse processo ‘perverso’ foi o aumento (de 1980 a 1990) do número de pobres em 10 milhões, como pode ser averiguado na tabela 2.

Tabela 2
Total da população brasileira vivendo em estado de pobreza absoluta
(os que têm renda *per capita* de um quarto de salário mínimo)

Ano	População (em milhões)
1980	29,4
1990	39,2

Adaptado de: SINE/CE *in* MALAGUTI (2000, p. 41)

No final dos anos de 1980 ao início dos anos de 1990 ocorre o desemprego em massa, que pode ser considerada a pior mazela do capitalismo. A princípio apenas os trabalhadores menos desqualificados viam amputadas suas possibilidades de ascensão social, e até mesmo de sobrevivência. E com o passar do tempo, o desemprego deixa de ter discriminações. Todavia, o desemprego, os baixos salários e a concentração de rendas resultam na generalização da marginalização, juntando numa mesma classe que engorda a pirâmide de rendimentos os operários, classes médias e desempregados.

⁶ De acordo com MALAGUTI (2000, P. 26), “os capitais produtivos vencidos pela concorrência transformam-se em dinheiro “vivo”, em liquidez imediata, aumentando a quantidade de moeda em circulação, pressionando a demanda e, conseqüentemente, realimentando a inflação”.

Havia, também, dentro da mudança nas formas de trabalho e como uma possibilidade de trabalho, a disseminação da idéia “Faça Você Mesmo” e de “micro-empresário” onde era passada a idéia de que cada pessoa pode ser seu próprio patrão, fazendo suas regras e sem precisar cumprir ordens superiores, e que cada cidadão tem a oportunidade de ascensão na vida. Dentro desse cenário de deteriorização do emprego e das condições de vida dos trabalhadores, a informalidade propaga-se por todos os poros da economia, tornando o trabalho por conta própria e a pequena empresa o “sonho” (refúgio da realidade) de milhões de brasileiros desempregados ou cujos salários formais não permitem manter suas famílias (MALAGUTI; 2000, p. 62).

Com o grande número de trabalhadores sem emprego e precisando de dinheiro para a manutenção da vida, observa-se a expansão dos camelôs e vendedores ambulantes⁷ por todo o país, mais fortemente nos grandes centros urbanos, como um tipo de ocupação que permite a inserção precária na lógica capitalista contribuindo, ao mesmo tempo, para que o piso salarial seja calculado por baixo, porque ao vender produtos de preço inferior ao das lojas, permite ao trabalhador adquirir outros bens, mesmo com os baixos rendimentos recebidos. Assim, essa crescente atividade contribui para a reprodução econômica e das atividades na lógica vigente do capitalismo. Esse grupo de trabalhadores informais passa a aumentar de número e de força política, exercendo sua voz sobre diferentes posições hierárquicas do Estado para possibilitar esse tipo de atividade, principalmente nos centros urbanos. Através de encontros para discutir principalmente formas e locais para se trabalhar que não conflitassem com a Polícia Militar e o temido Rapa⁸, os camelôs construíram uma base de luta e reivindicações para possibilitar a atividade em determinados lugares que apresentassem três metros de largura para não prejudicar a circulação de pedestres⁹, como galpões, áreas cedidas pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e em calçadas de alguns bairros como o de Madureira.

Para nos ajudar a perceber a real importância de apenas um tipo de comércio informal no Brasil, MELLO & TELES (2000, p.11) nos apresentam uma série de dados sobre os ambulantes no Brasil metropolitano, que são majoritariamente trabalhadores por conta própria - tabela 03.

⁷ Para nós, os vendedores ambulantes são definidos como aquele comércio realizado na rua, sem ponto fixo, e pelos vendedores de porta em porta; e os camelôs são os vendedores que expõem seus produtos nos logradouros públicos em lugares “fixos”. Na grande maioria das vezes os trabalhadores que recebem esse nome não têm permissão legal para exercer esse tipo de atividade.

⁸ O chamado RAPA é um grupo de policiais que circulam pelas ruas ocupadas por camelôs ilegais que buscam principalmente produtos falsificados, e na grande maioria das vezes age com brutalidade com os camelôs que fogem buscando se esconder para não ter sua mercadoria confiscada. A ação desse grupo sempre causa gritaria, correria e medo por parte dos pedestres que ficam no meio da confusão e também dos trabalhadores que podem perder sua mercadoria que complementa sua renda ou é a única forma de arrecadação de fundos.

⁹ Informações retiradas da mesa Território, cidadania e espaço público, palestra do Prof. Márcio Pinõn de Oliveira. II Jornada Científica da Pós-Graduação em Geografia – Simpósio Nacional: território, conflito e cidadania. UFRJ. Rio de Janeiro. Agosto de 2006.

Tabela 03

Participação dos trabalhadores por conta própria na Ocupação Total, por Região Metropolitana – 1991/98

Tabela 1
Participação dos Trabalhadores por Conta Própria na Ocupação Total, por Região Metropolitana — 1991/98 (Em %)

Anos/Média	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Belo Horizonte	Recife	Salvador	Total
1991	21,96	17,35	20,69	21,47	24,16	23,97	20,10
1992	22,59	18,31	22,23	21,64	26,02	23,94	20,94
1993	22,78	17,84	22,05	21,67	27,18	25,26	20,94
1994	23,35	18,82	22,19	22,33	27,13	27,59	21,72
1995	23,75	19,04	22,32	21,92	28,71	27,05	21,95
1996	24,06	20,29	24,03	22,59	28,17	27,72	22,77
1997	24,95	21,06	23,70	22,41	27,73	27,75	23,26
1998	26,22	20,47	22,91	22,02	27,06	27,17	23,16

Fontes: PME/IBGE e Ministério do Trabalho/IPEA (1999).

Fonte: MELLO & TELES (2000, p.12)

O trabalho por conta-própria se manteve, num movimento ascendente, no patamar de 20% nos anos 90, mas podemos observar na tabela 04, no período 1991/98, esse tipo de trabalhador cresce, em média 15%. Esta ultima tabela mostra, também, que no Rio de Janeiro essa posição apresenta a maior taxa de crescimento das regiões metropolitanas, seguida por São Paulo.

Tabela 04

Taxa de crescimento da participação dos trabalhadores por conta própria na ocupação Total, por Região Metropolitana - 1991/98

Tabela 2
Taxa de Crescimento da Participação dos Trabalhadores por Conta Própria na Ocupação Total, por Região Metropolitana — 1991/98 (Em %)

Anos	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Belo Horizonte	Recife	Salvador	Total
1991	21,96	17,35	20,69	21,47	24,16	23,97	20,10
1998	26,22	20,47	22,91	22,02	27,06	27,17	23,16
Taxa de Crescimento	19,00	18,00	11,00	3,00	12,00	13,00	15,00

Fonte: PME/IBGE — elaboração própria.

Fonte: MELLO & TELES (2000, p.12)

O camelódromo da Uruguaiana

Para analisar o comércio ambulante propriamente dito e o seu crescimento nas regiões metropolitanas, MELLO & TELES (2000, p.12) fizeram uma relação dessa atividade com a população economicamente ativa (PEA) e a população ocupada (PO), para situar a dinâmica dessa atividade no mercado de trabalho brasileiro. Esses dados são observados na tabela 05, que nos mostra que o Rio de Janeiro continua num processo lento de esvaziamento econômico: a PEA e PO tiveram as menores taxas de expansão de todas as regiões metropolitanas e os ambulantes, crescimento positivo, sendo a evolução da relação destes com a PEA a segunda trajetória mais expressiva da economia metropolitana.

Tabela 05
Taxa de crescimento da PEA, da PO e do Comércio Ambulante, por Regiões Metropolitanas – 1996/91

Tabela 3
Taxa de Crescimento da PEA, da PO e do Comércio Ambulante, por Regiões Metropolitanas — 1996/91

	Rio de Janeiro	Porto Alegre	Belo Horizonte	Recife	Salvador	São Paulo
Comércio Ambulante	12,00	22,53	-7,47	-8,57	4,14	22,57
PEA	3,18	14,39	15,10	5,41	11,96	10,42
Ambulante/PEA	8,55	7,12	-19,61	-13,26	-6,98	11,01
PO	3,11	12,51	14,47	5,68	11,01	9,53

Fonte: PME/IBGE — elaboração própria.

Fonte: MELLO & TELES (2000, p.12)

Mesmo não apresentando a maior taxa do crescimento do comércio ambulante, o Rio de Janeiro teve o impacto mais significativo dessas atividades sobre o crescimento da População Economicamente Ativa (PEA). MELLO & TELES (2000, p.13), na Tabela 06, mostram ainda que até 1995 havia uma tendência de diminuição da diferença de importância dos ambulantes na PEA das demais regiões em relação ao Rio de Janeiro: em todas as regiões eles cresceram, mas no Rio de Janeiro este crescimento foi mais acentuado, demarcando um aumento da informalidade para o mercado de trabalho fluminense. Considerando que isso também qualifica essa expansão, demonstram que esses dados reforçam a hipótese de empobrecimento do mercado de trabalho da região. É importante ressaltarmos o fato de mesmo que os ambulantes ganhem mais que os demais trabalhadores (com e sem carteira assinada), esses dados revelam uma precarização das relações de trabalho na cidade Rio de Janeiro.

Tabela 06
Ponderação das participações do comércio ambulante na PEA por Região Metropolitana com relação ao Rio de Janeiro – 1991/96

Tabela 4
Ponderação das Participações de Comércio Ambulante na PEA por Região Metropolitana com relação ao Rio de Janeiro — 1991/96

	1991	1992	1993	1994	1995	1996
São Paulo/Rio de Janeiro	0,66	0,59	0,57	0,61	0,59	0,68
Porto Alegre/Rio de Janeiro	2,71	2,49	2,41	2,33	2,36	2,68
Belo Horizonte/Rio de Janeiro	3,27	3,01	2,72	2,55	2,47	2,42
Recife/Rio de Janeiro	5,05	5,10	4,77	3,87	3,78	4,04
Salvador/Rio de Janeiro	4,87	4,64	4,35	4,11	4,05	4,18

Fonte: PME/IBGE — elaboração própria.

Fonte: MELLO & TELES (2000, p.12)

Com esse cenário, em 29 de junho de 1992 a prefeitura do Rio de Janeiro iniciou o processo de legalização dessa atividade informal com a Lei nº 1.876, que caracteriza o comércio ambulante a partir dos seguintes artigos:

Art. 1º - Comércio Ambulante é a atividade profissional temporária, exercida por pessoa física em logradouro público na forma e condições definidas nesta Lei.

Parágrafo único - Comerciante ambulante ou camelô é a pessoa física que exerce essa atividade profissional por sua conta e risco, com ou sem emprego de tabuleiro ou outro apetrecho permitido nesta Lei, apregoando suas mercadorias. Subordinam-se os camelôs às disposições desta Lei.

Art. 2º - Não se considera comerciante ambulante, para os fins desta Lei, aquele que exerce sua atividade em condições que caracterizem a existência de vínculo empregatício com fornecedor de mercadoria comercializada.

Art. 3º - É obrigatória a inscrição do comerciante ambulante como segurado na Previdência Social na categoria de autônomo.

Esta lei também delimita os meios¹⁰ e as pessoas habilitadas¹¹ para o exercício dessa atividade, as comissões organizadoras que cuidarão da parte burocrática incluindo os prazos, as autorizações, os produtos comercializados, as proibições, infrações e penalidades e as tributações.

O município também cadastrou os trabalhadores desempregados e ativos nessa atividade, e os re-locou em diversas áreas da Cidade. Esse tipo de política não é exclusivo da cidade do Rio de Janeiro, mas é observada em todo Estado e em outros estados como Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Os camelódromos são espaços construídos pelo Município em locais determinados que são concedidos e estruturados pelas prefeituras, a fim de organizar e de regulamentar a desordenada e crescente atividade de vendedor ambulante

O Mercado Popular da Uruguaiana, nosso objeto de estudo, que pode ser observado nas fotos 01 e 02, está inserido nesse contexto de políticas públicas da cidade Rio de Janeiro para atender grande parte da população desempregada, mas que permanecia ativa no mercado informal (e muitas vezes ilegal), tendo como objetivo mais claro desafogar as calçadas dos camelôs desordenados, transferindo-os para três galpões construídos especificamente para esta atividade de comércio e, também, de prestação de serviços.

¹⁰ De acordo com a Lei 1876 de 1992, no Art. 4º, o comerciante ambulante poderá se utilizar os seguintes meios para exercer sua atividade: veículo designado como carrocinha ou triciclo, de acordo com o modelo aprovado pelo órgão competente da Secretaria Municipal de Fazenda, vedada a transformação do veículo aprovado; tabuleiro com as dimensões máximas de um metro por um metro e dez centímetros, permitidos a sua cobertura na extensão de vinte centímetros além da área da barraca; bujão, cesta ou caixa à tiracolo; mala com setenta por quarenta e cinco centímetros e trinta centímetros de altura; pequeno recipiente térmico; módulo e veículo não motorizado, de acordo com modelo aprovado pelo setor competente da Secretaria Municipal de Fazenda, com dimensões máximas de dois metros e meio de comprimento, um metro e oitenta centímetros de largura e até dois metros e meio de altura; veículo tipo "trailer", de acordo com modelo aprovado na forma dos incisos anteriores, com dimensões máximas de dois metros e cinquenta e um centímetros a sete metros de comprimento, um metro e oitenta e um centímetros a dois metros e meio de largura e até três metros de altura; e outros meios definidos nesta Lei ou que venham a ser aprovados pelo Poder Executivo, proibida a utilização de veículo de tração animal. De acordo com os itens acima expostos, podemos considerar as cabines do Mercado Popular da Uruguaiana no item módulo ou veículo não motorizado.

¹¹ Conforme a mesma lei acima, no Art.5º, são considerados habilitados para o comércio descrito no art. 1º os cegos, os paraplégicos, os mutilados e demais deficientes físicos; e as pessoas físicas que já exerçam atividades profissionais previstas nesta Lei na data de sua promulgação.

Foto 01: Mercado Popular da Uruguaiana visto de cima



Fonte: Estação Uruguaiana - Projeto Final de Graduação - Ludmila Rodrigues
http://paginas.terra.com.br/educacao/projeto_uruguaiana/home.html

Foto 02: Boxes do Mercado Popular da Uruguaiana



Fonte: Estação Uruguaiana - Projeto Final de Graduação - Ludmila Rodrigues
http://paginas.terra.com.br/educacao/projeto_uruguaiana/home.html

Este camelódromo foi inaugurado no ano de 1994, pelo prefeito César Maia no bairro Centro da Cidade (margeando as Ruas Presidente Vargas [1], Uruguaiana[2], Senhor dos Passos[3], Alfândega[4], R.Ortigão[5])-Foto 03, com grande alvoroço e esperança nessa nova alternativa para o desemprego e para a desorganização dos logradouros públicos. A sua área é remanescente de terrenos desapropriados para a construção da estação Uruguaiana do Metrô Rio, onde uma parte havia sido concedida pela prefeitura para a Light (companhia de energia) para ser usada como estacionamento. Entretanto este local apresentava a tendência de ser ocupado por ambulantes devido ao intenso fluxo de pedestres. Com o aumento da visibilidade sobre as questões sociais como desemprego e pobreza o local foi pensado para concentrar os trabalhadores ambulantes e camelôs que se encaixavam no perfil determinado pela prefeitura do Rio de Janeiro.

Foto 03: Camelódromo da Uruguaiana com localização das ruas apresentadas no texto



Fonte: <http://maps.google.com/>

Contudo, não há qualquer política pública orientadora da dinâmica desse território, o que acaba criando uma competição e exploração do local e dos trabalhadores ali alocados. Entretanto, os camelôs ficam restritos a exercer seu trabalho no Box correspondente a sua licença, obedecendo ao horário de funcionamento (das 8h às 19h, sendo até as 16h dos sábados e não funcionando aos domingos), podendo escolher somente os produtos que irá comercializar. Com todas essas exigências, o trabalhador perde grande parte da sua autonomia que possuía anteriormente à regulação, como as opções de escolha do local de trabalho, a hora e os dias da semana que vai trabalhar gerando, assim, uma grande distância entre os camelôs legalizados e os ilegais. O que realmente se configura é uma relação de trabalho com o município do Rio de Janeiro, mesmo ele estando invisível, onde o trabalhador tem uma série de deveres e nenhuma forma de benefício trabalhista. A única garantia que o camelô pode adquirir é por conta própria, se contribuir para a previdência social, como autônomo.

Reflexões preliminares

O crescimento do trabalho informal e o Mercado Popular da Uruguaiana devem ser percebidos como uma resultante local de todo um processo de reestruturação e, principalmente, das opções políticas tanto a nível nacional como local (municipal) influenciados por movimentos que ocorreram em diferentes partes do mundo. A sua implementação foi uma alternativa encontrada pelo poder público para a crescente taxa de desemprego e de entrada de trabalhadores na economia informal, diante da intensa ocupação dos logradouros públicos por vendedores ambulantes, principalmente nos locais mais movimentados de toda a Cidade. Contudo, não foi obtido o resultado esperado pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro que visava retirar os camelôs dos logradouros públicos, já que após a implementação do Camelódromo outros vendedores ocuparam as ruas do bairro Centro da Cidade.

O Estado, caracterizado pelo governo municipal, poderia ter estabelecido regras para as relações existentes dentro do camelódromo, como: estabelecer quem deveria trabalhar nas cabines é quem recebesse a licença e/ou controlar, de forma eficaz, e com punições rigorosas quem trabalhasse com produtos falsificados, já que há uma série de regras a serem cumpridas para a manutenção e o funcionamento do camelódromo. Nas entrelinhas, o Estado utiliza essas precárias formas de inserção no mercado de trabalho

como uma alternativa para que ocorra uma redução de mão-de-obra ociosa. A precarização da força de trabalho e do próprio trabalho está tão presente na sociedade atual que fica evidente a ausência do poder público para garantir a qualidade do trabalho e legalidade das relações estabelecidas no local estudado. Não podemos esquecer que os produtos falsificados, mesmo sendo ilegais, movimentam muito dinheiro para a economia e no setor formal como um todo. Assim, observamos que toda essa dinâmica relativa à configuração, estrutura o funcionamento do nosso empírico favorecendo a reprodução e manutenção da lógica do sistema capitalista, influenciada pela transescalaridade das ações nesse atual mundo globalizado.

Referências Bibliográficas

CACCIAMALI, Maria Cristina & BRAGA, Thaiz. Estudos e análise com vista à definição de políticas, programas e projetos relativos ao mercado de trabalho brasileiro; tema 15: Políticas públicas voltadas para o Setor Informal. Ministério do Trabalho e emprego. FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). São Paulo, janeiro, p. 01 -14; 2002.

DRUCK, Maria da Graça. *Terceirização (dês)fordizando a fábrica. Um estudo do complexo petroquímico.* São Paulo, Bom Tempo Editorial, p. 90-157, 1999.

FALCÃO, Cláudio Ribeiro;*O comércio ambulante na Praça Saens Pena- Rio de Janeiro: reestruturação do mercado de trabalho e dinâmica organizacional.* Monografia (graduação) Dep. Geografia/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro ; 1997.

MALAGUTI, Manoel Luiz *Crítica a razão informal: a imaterialidade do salariado.* São Paulo, Bom tempo Editorial, p.13-168, 2000.

MELLO, Hildete Pereira & TELES, Jorge Luiz *Serviços e informalidade: O comércio ambulante no Rio de Janeiro – Textos parara discussão N° 773.* Rio de Janeiro, p.04-22, 2000.

PIQUET, Rosélia. A resposta brasileira à crise. In: *Reestruturação do espaço regional e urbano no Brasil. O papel do estado e dos grandes investimentos.* Rio de Janeiro, UFRJ/ IPPUR, p. 09–30, 1993.

PIQUET, Rosélia. O parque industrial metropolitano do Rio de Janeiro ganha novo perfil e emprega menos. In: *Rio de Janeiro - Perfis de uma metrópole em mutação.* IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, p. 119–144, 1999.

POCHMAN, Marcio; *O emprego na globalização – a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu.* Bom Tempo Editora ;2001

SINE/CE. Pesquisa sobre Desemprego e Subemprego. Fortaleza, SINE, set./dez., p. 23, 1993, in MALAGUTI, Manoel Luiz. *Crítica a razão informal: a imaterialidade do salariado.* São Paulo, Bom tempo Editorial, p.13-110, 2000.